

Prodasen na mira de comissão do Senado

Técnicos devem ser responsabilizados pela possibilidade de quebra de sigilo em votações

• BRASÍLIA. A comissão de investigação do Senado que analisa a possibilidade de violação no painel eletrônico de votação deverá responsabilizar técnicos do Prodasen (centro de processamento de dados do Senado) que operam o sistema por falhas que possam ter ocorrido. Também será sugerido que o Senado processe a empresa Eliseo Kopp, que instalou o sistema, por conta dos pontos vulneráveis apontados no laudo dos peritos da Unicamp. O relatório será entregue quarta-feira pelo presidente da comissão, o funcionário Dirceu Teixeira Campos, ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA).

Não está descartada a punição disciplinar da funcionária Regina Borges, diretora do Prodasen na época em que supostamente houve a violação do sistema, no ano passado. Regina foi afastada da direção assim que Jader assumiu a presidência da Casa, em fevereiro de 2001. Ela ocupou o cargo no período em que,

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) foi presidente do Senado. Para os partidários de Jader, a ex-diretora é apadrinhada de Antonio Carlos, embora no Senado também se atribua sua indicação ao líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Relatório não afirma que sigilo de votações foi quebrado

Quanto à hipótese de ter ocorrido violação do sigilo do voto no dia em que foi votada a cassação do senador Luiz Estevão, o relatório da comissão do Senado deverá seguir a mesma linha do relatório da Unicamp. Este afirma que, apesar de as possibilidades de violação no sistema existirem, não se pode afirmar que no dia 18 de junho do ano passado foi tirada a cópia de lista indicando como votou cada senador.

O Conselho de Ética vai continuar as investigações. Na próxima semana (dia 18) será ouvido outra vez o perito Ricardo Molina sobre as degrava-

ções da fita em que Antonio Carlos teria dito a procuradores que teria uma lista com o voto de cada senador na cassação de Estevão. O presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), não ficou satisfeito com as declarações do relator, Saturnino Braga (PSB-RJ), que não viu possibilidade de responsabilizar Antonio Carlos pela suposta violação do sigilo. Além de considerar que Saturnino se precipitou, Tebet acha que o relator não deveria emitir juízo.

Apesar disso, Tebet deve manter Saturnino como relator, porque uma troca seria desgastante politicamente e poderia indicar que o presidente da comissão quer punir Antonio Carlos. Embora peemedebistas e tucanos continuem pressionando para o conselho tomar uma decisão dura contra Antonio Carlos, abrindo caminho para sua cassação por quebra de decoro, a troca de integrantes da bancada do PSDB, que chegou a ser articulada por duas ve-

zes, está descartada por enquanto.

O regimento diz que, ao contrário das comissões, cujos integrantes são escolhidos pelos líderes, o Conselho de Ética tem mandato, renovado por votação em plenário, a cada quatro anos. Se o PSDB quiser substituir os atuais integrantes, terá que submeter os novos nomes ao plenário, mas só em junho, quando termina o mandato do atual conselho — a não ser que José Roberto Arruda, Osmar Dias (PR) e Lúcio Alcântara (CE) renunciem.

Arruda e Dutra negam informação de revista

Arruda negou ontem com veemência que tenha entregado a Antonio Carlos uma lista com os nomes dos que votaram contra a cassação de Luiz Estevão. A informação, publicada pela revista "IstoÉ", também foi contestada por Antonio Carlos e pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que, segundo a reportagem, saberia que o tucano tinha a lista. ■